

A Receita Federal do Brasil (RFB), no exercício da competência que lhe foi atribuída pelo art. 48 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, publicou a Solução de Consulta nº 151, de 14 de maio de 2019, respondendo a questionamento sobre os requisitos para que valores pagos a funcionários a título de prêmio fiquem excluídos da incidência de contribuição previdenciária. Ao formular a consulta, o contribuinte consultante observou que embora a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (Reforma Trabalhista), tenha acrescentado a alínea “z” ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212,

de 24 de julho de 1994, para dispor que não integram a base de cálculo da contribuição previdenciária os valores pagos a título de prêmios e abonos, a nova legislação não teria definido tais conceitos, gerando dúvida e insegurança.

Interpretando a legislação, a RFB consignou que *“o prêmio por desempenho superior excluído das contribuições previdenciárias não poderá decorrer de obrigação legal ou de ajuste expresso”*, mas que, por outro lado, *“a eventualidade no pagamento do prêmio não poderá ser exigida como condição para a não incidência das contribuições”*.

Para chegar a tal conclusão, a RFB socorreu-se do seguinte dispositivo acrescentado ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), pela própria Reforma Trabalhista:

Art. 457

.....
 § 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

§ 4º Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Como se pode verificar das expressões sublinhadas, a legislação aprovada pelo Congresso Nacional alberga a exigência apontada pela Receita Federal de que os prêmios não podem decorrer de lei, contrato de trabalho, convenção coletiva ou regulamento da empresa. De fato, havendo acordo prévio e expresso entre empregador e empregado, restaria descaracterizada a liberalidade assinalada no § 4º do art. 457 da CLT, hipótese em que o pagamento passaria a ter correlação imediata com uma trivial contraprestação por serviços prestados, usualmente remunerada por salário.

No ponto em que exige liberalidade no pagamento do prêmio, portanto, andou bem a Solução de Consulta nº 151, de 2019. O mesmo não se repetiu, contudo, na parte que interpretou a aplicação dos dispositivos que buscaram regulamentar o conceito de prêmio na Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro de 2017.

Nos termos da referida MP, o pagamento de prêmio por desempenho superior ao esperado apenas seria excluído da base de cálculo da contribuição previdenciária se fosse concedido, no máximo, duas vezes ao ano. Ocorre que, passado o prazo constitucional sem a conversão da MP em lei, os dispositivos que tratavam do tema perderam efetividade. De acordo com a Solução de Consulta nº 151, de 2019, contudo, a limitação de dois pagamentos anuais continua devendo ser aplicada aos prêmios concedidos no prazo em que vigorou a MP, uma vez que nos termos do § 11 do art. 62, *“não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas”*.

O problema da interpretação dada pela RFB é que ela se olvida do que dispõe o § 6º do art. 195 sobre a aplicação do princípio da noventena às majorações de contribuições sociais. Ora, o Supremo Tribunal Federal já decidiu inúmeras vezes que o prazo de noventa dias pode começar a ser computado da data da edição da MP, mas que ele é reiniciado no caso de mudança ou introdução de novos dispositivos que alterem a cobrança da contribuição. Veja-se o seguinte julgado:

Contribuição Social. Anterioridade nonagesimal. Lei 8.787/1989, art. 8º. (...) Por ocasião do julgamento do RE 169.740, esta Suprema Corte fixou o entendimento de que o prazo da anterioridade nonagesimal (art. 195, 6º, da Constituição) deve ter como termo a quo a edição da MP 63/1989 somente em relação àqueles dispositivos que foram repetidos no momento de sua conversão na Lei 7.787/1989. Na hipótese de mudança ou introdução de novos dispositivos no momento da conversão, a contagem do termo da noventena deve ter início com a edição desta lei. (RE 199.198, Relatora a Ministra Ellen Gracie, julgamento em 28.5.2002, Primeira Turma, DJ de 28.6.2002)

Ora, não há maior mudança no texto de uma Medida Provisória do que sua não conversão em lei, seja porque foi rejeitada ou porque seu prazo decorreu sem aprovação pelo Congresso Nacional. Deve-se entender, portanto, que o prazo de noventa dias nunca foi iniciado no caso presente. A MP nº 808, de 2017, na medida em que restringia o conceito de “ganhos eventuais” para fins da exclusão do prêmio da base de cálculo de contribuições previdenciárias, impunha verdadeira majoração de tributo e, nessa medida, atraía a aplicação do § 6º do art. 195. Ou seja, diferentemente do que entendeu a RFB, a aplicação dos dispositivos da MP às relações jurídicas decorrentes de atos praticados durante sua vigência dependeria de expressa manifestação do Poder Legislativo e não de seu silêncio.

Por todo o exposto, conclamo os nobres Pares a aprovar o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado CARLOS BEZERRA